SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 53, DE 2009
(nº 221/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Os méritos do Senhor Armando Vitor Boisson Cardoso que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de abril de 2009.

EM nº 00099 MRE DP/AFEPA/G — APES

Brasília, 31 de março de 2009.

00001.002524/2009-71

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, junto à República da Estônia, desde que obtido o agrément do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae de ARMANDO VITOR BOISSON que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

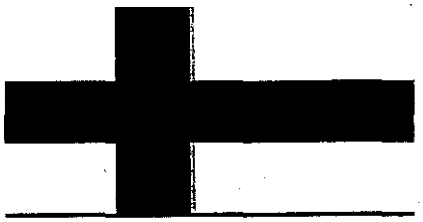
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO*
CPF.: 13028332787
ID.: 2941/MRE

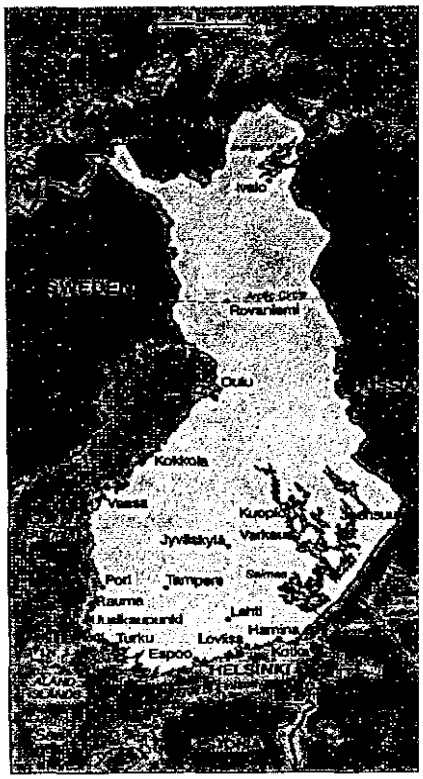
1944 Filho de Armando Levy Cardoso e Ofélia Boisson Cardoso, nasce em 1º de julho, no Rio de Janeiro/RJ
1968 CPCD - IRBr
1970 Terceiro Secretário em 3 de fevereiro
1970 Divisão do Arquivo, assistente
1971 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1974 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto
1974 Segundo Secretário, por merecimento, em 16 de setembro
1976 Embaixada em Budapeste, Segundo Secretário
1979 Divisão da América Central e Setentrional, assistente e Chefe, substituto
1980 Departamento das Américas, assessor
1980 Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de janeiro
1986 Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
1987 Embaixada em Bruxelas, Conselheiro
1990 Embaixada em Praga, Conselheiro
1992 CAE - IRBr, A Tchecoslovaquia pós-comunista: origens, situação atual, perspectivas. Repercussões para o Brasil.
1993 Divisão da Europa II, Chefe
1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 21 de dezembro
1997 Missão junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro
2001 Embaixada em Porto-Príncipe, Embaixador
2004 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de junho
2005 Consulado-Geral em Genebra, Cônsul-Geral

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA I

RELAÇÕES BRASIL-FINLÂNDIA





BRASÍLIA, MARÇO DE 2009

DADOS BÁSICOS

PAÍS E CAPITAL	República da Finlândia, Helsinque
ÁREA	338.145 km² (cerca de $^{1}/_{25}$ da superfície do Brasil). É o quinto país mais extenso da UE, após França, Espanha, Suécia e Noruega.
POPULAÇÃO	5,3 milhões de habitantes, dos quais 62% vivem em cidades ou áreas urbanas.
IDIOMA	Finlandês e Sueco.
RELIGIÕES	Luteranos, 83% ; ortodoxos, 1%; nenhuma religião, 13,5%
SISTEMA POLÍTICO	Sistema Misto Presidencialista/Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Tarja Kaarina Halonen Presidente da República da Finlândia
CHEFE DE GOVERNO	Matti Taneli Vanhanen Primeiro-Ministro
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Alexander Stubb
PIB (2008)	EUR 186 bilhões (0,9% ↑)
PIB PER CAPITA (2008*) *** dados preliminares**	EUR 35.041,00
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

ESTADO ATUAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Finlândia são bastante cordiais e sobressaem, pela sua importância, nas áreas comercial e de investimento.

No plano político, o diálogo se desenvolve de forma fluida e construtiva, mediante reuniões de consultas políticas bilaterais e com visitas de alto nível, sobretudo pelo lado finlandês. Vários Chefes de Estado e Governo já visitaram o Brasil: a atual Presidente Tarja Halonen já esteve no Brasil cinco vezes, das quais duas como Presidente da República. Estiveram ademais no País o Presidente Martti Ahtisaari (Prêmio Nobel da Paz, 2008), o falecido Presidente Urho Kekkonen (visita privada), o Primeiro-Ministro Taisto Kalevi Sorso e, mais recentemente, em maio de 2008, o Primeiro-Ministro Matti Vanhanen. Pelo lado brasileiro, as visitas mais importantes foram as do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, e do Vice-Presidente Marco Maciel, em 2002. Registre-se também, em termos históricos, a visita de Dom Pedro II, em 1876, ao então Grão-Ducado da Finlândia.

Para o ano de 2009, a Embaixada da Finlândia no Brasil anunciou as possíveis visitas do Ministro de Economia, Mauri Pekkarinen; de representantes do Subcomitê de Emprego e Economia do Comitê de Finanças do Parlamento finlandês; e de delegação composta por representantes de instituições responsáveis por fomentar a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica na Finlândia.

Enquadrando as relações bilaterais, há oito acordos, dos quais sete em vigor: acordos comerciais; de cooperação econômica e industrial; para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto de renda; de intercâmbio de estagiários; de cooperação cultural, educacional e científica; de supressão de vistos; e de isenção aduaneira para consulados e cônsules de carreira. Mencione-se ainda o Acordo para a Promoção e Proteção de Investimentos, assinado em 1995, mas com remotas possibilidades de vir a ser aprovado. Existem, ademais, acordos executivos, mediante a assinatura de cartas de intenção ou memorandos de entendimento, os quais se têm mostrado mais dinâmicos. Exemplo dessa nova tendência é o memorando de

entendimento existente entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Academia da Finlândia, o qual deve ser substituído proximamente por um acordo bem mais abrangente. Por outro lado, conta-se informalmente com mecanismo de consultas políticas, que foi acionado, pela última vez, em produtiva reunião celebrada em 2006. Assinale-se ainda que, em 2007, foi assinado o Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Mudança de Clima e para o Desenvolvimento e Implementação de Projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Relações Bilaterais: Investimentos

Um dos aspectos mais relevantes das relações econômicas bilaterais são os investimentos produtivos de empresas finlandesas no Brasil.

Nos anos 1950, a empresa Valmet, então finlandesa, contribuiu para a política desenvolvimentista com a fabricação de tratores. Posteriormente, empresas como a Pöyry (consultoria) foram pioneiras ao atuar no setor de celulose e papel. Quando da última crise energética, a Wärtsila construiu, em tempo recorde, usinas geradoras de energia termelétrica no Brasil e até hoje participa ativamente no setor energético brasileiro.

Mais recentemente, um dos maiores investimentos estrangeiros anunciados no início do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o da empresa finlandesa-sueca Stora Enso, para a produção, no sul da Bahia, de celulose de eucalipto, por meio de um empreendimento conjunto (Veracel Celulose S/A) com a brasileira Aracruz. Metade do empreendimento, orçado em US$ 1,25 bilhão, corresponde à Stora Enso e a outra, à Aracruz. A linha de produção está em fase de duplicação.

Investimentos finlandeses também são bastante significativos na área de telecomunicações. Atualmente, a única fábrica de celulares da Nokia na América do Sul encontra-se em Manaus. A empresa está entre as grandes exportadoras do Brasil.

Em 2007, de acordo com a Finpro, organização de consultoria dedicada à internacionalização das empresas finlandesas, existiam 39 representações e 33

subsidiárias de empresas finlandesas atuando nos mais diversos setores produtivos do Brasil, proporcionando uma movimentação de vendas de aproximadamente 2 bilhões de euros e empregando cerca de 13.000 pessoas.

No período anterior à atual crise econômica mundial, havia boas perspectivas de ampliação dos investimentos finlandeses no Brasil, no curto prazo, aproveitando as vantagens comparativas que o Brasil pode oferecer, como, por exemplo, nas áreas de biocombustível e de celulose e papel. No setor de biocombustíveis, por exemplo, sabe-se que grande empresa finlandesa do setor energético vem estudando o potencial de produção de biodiesel no Brasil e suas oportunidades de negócio. Em maio de 2008, representante da alta gerência da referida empresa chefiou a delegação empresarial que integrou a visita do Primeiro-Ministro finlandês ao Brasil.

No entanto, apesar do potencial brasileiro e do grande interesse finlandês em algumas áreas, como as citadas acima, acredita-se que a situação econômica mundial deverá afetar, no curto prazo, possíveis investimentos de grande porte no Brasil.

Relações Bilaterais: Comércio

Com base em dados da Aduana finlandesa, o intercâmbio comercial com a Finlândia atravessa, em termos de valor, período de grande dinamismo, com crescimento da corrente de comércio em 186,25%, no período de 2003 a 2008. As exportações brasileiras registraram, no mesmo período, aumento de 187,94%, o que pode ser considerado resultado excepcional. Houve, ademais, melhoria da posição relativa do Brasil na representatividade do comércio exterior finlandês. Em 2008, o Brasil foi responsável por 1% das importações finlandesas (o Brasil exportou aproximadamente 615 milhões de euros) e 0,9% das exportações (o Brasil importou aproximadamente 604 milhões de euros). O comércio bilateral mostra superávit brasileiro em todos os anos entre 2003 e 2008, à exceção de 2004.

Sob a perspectiva das estatísticas brasileiras, o histórico do comércio bilateral mostra dados diferentes, colocando o Brasil com déficit comercial em todos os anos entre 2003 e 2008, com exceção do ano de 2005. Essa discrepância metodológica entre os

dados da Aduana da Finlândia e do MDIC decorre do fato de as estatísticas finlandesas registrarem os bens, como importações, por país de fabricação ou produtor, evitando considerar apenas o país de consignação do bem importado. No caso do Brasil, as estatísticas identificam o destinatário inicial dos bens, sem considerar os países para os quais tais bens venham a ser reexportados. Por conseguinte, exportações de bens para entrepostos de empresas brasileiras, representantes ou intermediadores em outros países europeus, como, por exemplo, nos Países Baixos e Alemanha, são consideradas, pelo Brasil, como tendo esses países como destino final. A Finlândia, por sua parte, considera os produtos como brasileiros, ainda que originários dos referidos países europeus. Como resultado, podem-se considerar as estatísticas finlandesas mais realistas.

Para referência, de acordo com os dados do MDIC, em 2008, o valor da corrente de comércio bilateral decresceu a US$ 1,2 bilhões. Naquele ano, o Brasil exportou aproximadamente US$ 442 milhões e importou US$ 753 milhões. Entre 2003 e 2007, o comércio bilateral havia aumentado em 221,4%, passando de US$ 425,5 milhões em 2003 para US$ 1,4 bilhões em 2007. Ainda que, no mesmo período, o resultado do comércio bilateral com a Finlândia tenha sido desfavorável ao Brasil (à exceção do ano de 2005, conforme já assinalado), as exportações brasileiras cresceram 233%, de 2003 a 2007.

Na pauta de exportações brasileiras, em termos qualitativos, houve, em anos recentes, apreciável incremento na exportação de produtos manufaturados, embora seja ainda bastante grande a participação dos produtos primários. De acordo com os dados do MDIC, os produtos mais vendidos para o mercado finlandês, em 2007, foram mates de níquel, aeronaves, café, caulim, carne bovina, café e etanol. Em 2008, a maior parte desses produtos manteve-se entre os principais produtos exportados para a Finlândia. No entanto, vale ressaltar que, em conseqüência direta do embargo parcial europeu, as exportações de carne bovina sofreram grande redução. Espera-se certa retomada das exportações da carne brasileira no ano corrente. Em contrapartida, o etanol brasileiro foi exportado à Finlândia em maiores quantidades, devido a novos acordos promovidos por importante empresa local, a qual está atualmente importando maiores volumes diretamente do Brasil. Cabe salientar ainda que, apesar de o ano de 2007 aparecer como o primeiro com exportações brasileiras de etanol para este mercado, o etanol já vinha sendo

importado pela Finlândia através de intermediários europeus, fato este que explica a ausência das estatísticas para o produto em 2006.

A análise dos dados do comércio entre o Brasil e a Finlândia também indica, a partir de 2005, as vendas de aeronaves brasileiras para a FINNAIR (em 2006, tais vendas ascenderam a US$ 176 milhões; em 2007, o valor das aquisições ficou em US$ 144 milhões; e, em 2008, somou US$ 60 milhões). Observe-se que a FINNAIR, com encomenda adicional de 3 novos aviões EMBRAER 190, em fevereiro de 2008, deverá ter uma frota de 23 aeronaves brasileiras até 2011. No momento, a empresa finlandesa opera 18 aeronaves brasileiras, sendo dez ERJ-170 e oito ERJ-190.

No que se refere às importações brasileiras, de acordo com o MDIC, assim como as exportações, percebe-se uma redução nos valores transacionados em 2008. Produtos como equipamentos de telecomunicações, níquel, e papéis especiais tiveram destaque na composição da pauta das exportações finlandesas para o Brasil no ano passado. No histórico dos últimos anos, destacam-se importações significativas de maquinário finlandês para utilização do setor industrial brasileiro.

Relações Bilaterais: Turismo

O fluxo do turismo finlandês para o Brasil, nos últimos anos, tem apresentado desenvolvimento significativo. O ano de 2002 constituiu um marco, quando se iniciou, de forma modesta, a oferta de pacotes de turismo em vôos fretados Helsinque-Fortaleza. Na temporada 2008/2009 (de novembro de 2008 ao início de março de 2009), a operadora Aurinkomatkat, subsidiária da Finnair, ofereceu um vôo quinzenal para Fortaleza e um para o Recife. Os números mais recentes disponibilizados pela Embratur indicam que pouco mais de 22.000 finlandeses visitaram o Brasil em 2007, incluindo-se viajantes a negócios e turistas (vôos regulares e fretados).

POLÍTICA INTERNA

A Finlândia atravessa atualmente processo de transição, acelerado pela formação, em abril último, de um governo de coalizão sem participação socialista. Como resultado, o Governo finlandês passou a ser de índole conservadora, favorável a um envolvimento maior do país na União Européia, com menor dependência da Rússia e intensificação do relacionamento com os Estados Unidos. Fortaleceu-se a tendência de limitar a competência da Presidente da República em matéria de política exterior e criou-se a perspectiva de que político conservador, possivelmente Sauli Niinistö, atual Presidente do Parlamento, possa vir a ser eleito para suceder Tarja Halonen, ao fim do seu atual mandato, em 2012. O Primeiro-Ministro Matti Vanhanen, que se situou desfavoravelmente nas últimas eleições presidenciais, indicou recentemente pela imprensa disposição de não voltar a candidatar-se para a Presidência da República.

A Presidente Tarja Halonen, apesar de continuar com seus poderes para definir a política externa, saiu-se enfraquecida com a não inclusão do Partido Social Democrático na coalizão governamental. O debate sobre a reforma constitucional causou, ademais, a divisão de seu partido, com políticos importantes, como Paavo Lipponen, ex-Primeiro-Ministro e Presidente do Parlamento, e Erkki Tomioja, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, manifestando-se publicamente a favor da reforma da Constituição para concentrar no Parlamento a competência em todas as matérias relativas à política externa.

O segundo Governo Vanhanen, formado em abril de 2007 e composto por Partido do Centro (partido agrário), Partido da Coalizão Nacional (partido conservador), Liga Verde e Partido do Povo Sueco, dispõe de maioria de 125 cadeiras em um Parlamento unicameral com 200 deputados. O Primeiro-Ministro Matti Vanhanen, embora Presidente do maior partido finlandês, está também enfraquecido, com queda de sua popularidade nas pesquisas de opinião. O desgaste do Chefe do Governo decorreu sobretudo de ele não ter conseguido passar para o segundo turno nas últimas eleições presidenciais, em janeiro de 2006, o qual foi disputado por Tarja Halonen e Sauli Niinistö.

Em termos de partidos políticos, há, em certa medida, equilíbrio no apoio ao Partido Social Democrático (25,7%), ao Partido do Centro (23,4%) e ao Partido da Coalizão Nacional (20,9%), segundo sondagem de opinião publicada em abril último. Esses dados mostram, ao mesmo tempo, a recuperação dos sociais democratas na preferência do eleitorado e a queda de popularidade do Partido da Coalizão Nacional, motivada aparentemente com problemas que culminaram com a queda do Chanceler Ilkka Kanerva, por envolvimento com uma "dançarina erótica".

Nas últimas eleições municipais, realizadas em 26 de outubro de 2008, registrou-se um novo enfraquecimento do Partido do Centro, que terminou em terceiro lugar, tendo perdido 2,7% com relação às eleições municipais anteriores. Além do desgaste de Vanhanen, foi digno de nota o desempenho do pequeno partido "True Finns", que, ao passar de 1% para 5,4% dos votos obtidos, deu margem a especulações sobre o surgimento, na Finlândia, de um certo populismo de direita.

O programa de governo inclui a defesa do Estado de Bem-Estar Social, centrado sobretudo na disponibilidade de educação de alta qualidade e gratuita. O equilíbrio entre o homem e a natureza, entre a responsabilidade e a liberdade, entre a solidariedade e a recompensa, e entre a educação e a competência permeia os programas e projetos governamentais.

A meta da política industrial consiste em promover o crescimento mediante a melhoria da produtividade e do emprego, o que exigirá aumento dos postos de emprego, competência e capacidade de inovação e reformas das estruturas econômicas. A principal meta fiscal é alcançar superávit do Governo central da ordem de 1% do PIB em 2011. O crescimento econômico, no Governo passado, foi estimulado por cortes de impostos; antes do desenrolar da crise econômica atual, havia preocupação com a escassez de mão-de-obra e receio de inflação, em decorrência do aumento da demanda. A meta de longo prazo é elevar a taxa de emprego para 75%. Considera-se que a escassez de postos de trabalho é a maior ameaça para uma expansão econômica mais forte nos próximos anos. O Governo pretende, ademais, trabalhar para reduzir o desemprego para menos de 5% em

base permanente. A taxa de crescimento do PIB, que se situou em 5,5% em 2006, caiu para 4,2% em 2007 e para 0,9% em 2008.

Em termos sociais, observa-se certa resistência popular à manutenção dos impostos altos para financiar o Estado de Bem-Estar Social, postura esta muito comum entre os segmentos mais jovens da população. Há críticas sobre o nível do aporte finlandês de recursos para financiar a União Européia, sobretudo no tocante ao financiamento decorrente da expansão da entidade comunitária. No entanto, de acordo com pesquisa realizada pelas Nações Unidas e divulgada em 3 de julho de 2007, constata-se que 90% dos finlandeses consideram a cooperação ao desenvolvimento como importante; entre os entrevistados, 60% se manifestaram a favor do aumento do montante dessa cooperação.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa na Finlândia é exercida pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro e pelo Parlamento. Cabe ao Presidente da República dirigir a política externa, em cooperação com o Primeiro-Ministro; incumbe-lhe também decidir em matéria de guerra e paz, com o assentimento do Parlamento. O Primeiro-Ministro é responsável pelas iniciativas com respeito à União Européia e adota as decisões correspondentes, exceto se estas exigirem a aprovação do Parlamento. Com o Primeiro-Ministro, por intermédio do Ministro dos Negócios Estrangeiros (agora sob a chefia de Alexander Stubb – Membro finlandês do Parlamento Europeu), fica a responsabilidade pelas relações com outros países e com organizações internacionais.

Para a Finlândia, a União Européia (EU) oferece o arcabouço mais importante de referência em política exterior e é o canal pelo qual o país exerce influência. No âmbito da UE, o Governo finlandês apoia os esforços para fortalecer o papel da política externa da organização, o desenvolvimento de sua Política Comum de Segurança e Defesa e o fortalecimento da capacidade de gerenciamento de crises. O país favorece a unidade de decisões da UE em questões de política externa e de segurança.

A política externa e de segurança finlandesa é favorável ao desenvolvimento de boas relações com todos os países, no nível bilateral e no plano multilateral, e se assenta na concepção de uma defesa nacional confiável. A Finlândia apoia a promoção dos direitos humanos, da democracia, do Estado de direito e do desenvolvimento sustentável em todas as partes do mundo. O Governo considera as Nações Unidas instrumento essencial da cooperação multilateral e apoia os esforços para o fortalecimento da autoridade e da efetividade do sistema ONU. Defende, igualmente, a reforma do Conselho de Segurança, com a criação de assentos não-permanentes e permanentes, mas estes sem o direito de veto.

A Finlândia apoia o desenvolvimento da União Européia como uma comunidade econômica, política e de segurança e favorece que a UE atue como líder responsável na política internacional.

O Governo tenciona continuar a promover ativamente a Política da Dimensão do Norte, para aproximar a UE de Rússia, Noruega e Islândia, e favorece, nesse contexto, o estabelecimento de uma parceria no campo do transporte e da logística.

Ao receber o Corpo Diplomático em Helsinque, em 17 de abril de 2008, o novo Chanceler Alexander Stubb declarou que, durante sua gestão como Ministro do Exterior, promoverá a continuidade da política exterior, adotará postura de engajamento ativo e privilegiará as Nações Unidas e a União Européia; no nível bilateral, dará prioridade às relações com os países bálticos e nórdicos, com Rússia, Estados Unidos e China. Nenhuma referência fez a América Latina, África e Ásia (exceto China).

União Europeia

A Finlândia apoia a ampliação continuada da UE com base em critérios aprovados em conjunto. Favorece as negociações com a Turquia e a Croácia, para que esses países se tornem membros da UE, bem como relações mais fortes entre os países dos Bálcãs Ocidentais e a UE.

Política de Vizinhança

A Finlândia promove a estabilidade e as boas relações com as regiões vizinhas, mas desenvolve cooperação mais intensa com a Suécia e com os outros países nórdicos. Com as regiões vizinhas, a cooperação da Finlândia se concentra no meio ambiente, na segurança nuclear, no bem-estar social e na assistência à saúde. Atribui ênfase especial à região do Mar Báltico e envida esforços para ter uma participação crescentemente mais engajada na atividade econômica dos países do Norte da Europa.

Rússia

A Finlândia mantém relacionamento intenso e profundo com a Rússia e procura contribuir na definição da política comunitária com relação a esse país. A Presidente Tarja Halonen mantém vínculos fortes de amizade com Vladimir Putin. No plano econômico, há problemas na área de exportação de madeira russa para a Finlândia (aumento continuado do imposto russo de exportação). A exemplo do que se fez recentemente com os Estados Unidos, planeja-se constituir grupo de contato para melhorar o relacionamento bilateral nas áreas política, de negócios, da pesquisa e dos assuntos culturais.

Estados Unidos e Canadá

O Governo finlandês, sobretudo no atual governo de coalizão, promove crescentemente o fortalecimento da cooperação transatlântica com os Estados Unidos e o Canadá, quer no plano bilateral, quer no âmbito da União Europeia, em termos políticos, econômicos e de segurança. O relacionamento com os Estados Unidos é correto, mas distante, ainda que se tenha registrado recentemente visita do ex-Chanceler Ilkka Kanerva a Washington, a convite da então Secretária de Estado norte-americana. O ex-Presidente George Bush parecia evitar encontrar-se com Tarja Halonen e Matti Vanhanen. O Governo Bush tinha fortes reservas ao Primeiro Governo Vanhanen, sobretudo em decorrência de posições consideradas anti-americanas por parte do ex-Chanceler Erkki Tuomioja. Para melhorar o relacionamento com os Estados Unidos, foi constituído grupo de contato, presidido por Aatos Erkko, Presidente do jornal "Helsingin Sanomat".

Política Econômica e de Desenvolvimento

O Governo finlandês, para a consecução dos objetivos do país na economia internacional, promove uma efetiva política comercial e procura acomodar, na medida do possível, as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Apoia as negociações multilaterais no âmbito da OMC e as conversações bilaterais de comércio desenvolvidas pela União Europeia.

Em termos de política de cooperação ao desenvolvimento, o objetivo mais importante é o cumprimento das Metas de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Milênio. O Governo se comprometeu a atingir a meta de 0,7% da renda nacional bruta para o desenvolvimento da cooperação internacional. O país participa ativamente do debate global sobre mecanismos de financiamento inovadores e de programas para atenuação da dívida externa de países em desenvolvimento. Na política de cooperação ao desenvolvimento, a Finlândia atribui grande ênfase a questões ambientais e de clima, à prevenção de crises e ao apoio para processos de paz.

Política de Segurança e Defesa

A Finlândia não pertence a qualquer aliança militar, e encarrega-se de sua própria defesa nacional. No âmbito da União Européia, engaja-se na política comum de defesa e segurança, coopera no gerenciamento de crises, no plano comunitário e multilateral. Desenvolve, paralelamente, cooperação com a OTAN, sob o programa da "Parceria para a Paz", e mantém aberta a possibilidade de entrar para essa Organização – com o que não concorda a Presidente Tarja Halonen.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia e Negócios

A economia finlandesa tem nos serviços e na indústria seus principais pilares. Em 2007, a participação no PIB dos dois setores dividiu-se da seguinte forma: indústria e

construção (33%) e serviços públicos e privados (64%). No âmbito industrial, destacam-se os setores de papel e celulose, elétrico e de telecomunicações, e metalúrgico. A Finlândia é dependente de importações de matéria-prima e energia. A taxa de inflação em 2008 foi de 4,1%.

Várias empresas finlandesas são líderes em seus campos de atuação. Cerca de um terço da mão-de-obra é contratada no exterior. As principais regiões de operação são a UE, os EUA e o leste asiático.

A política econômica finlandesa enfrentou a conjuntura internacional desfavorável do final dos anos 1990 com fortes estímulos fiscais a sustentarem o crescimento econômico. Embora o crescimento econômico seja naturalmente bem-vindo, o êxito na economia traz o risco de acomodações e a tentação de adiar reformas importantes. Prevê-se manutenção e até melhoria dos elevados padrões de vida dos cidadãos finlandeses no médio prazo.

No longo prazo, contudo, a Finlândia enfrentará desafios importantes, que demandarão difíceis escolhas na política econômica: envelhecimento da população; rigidez institucional; reacionarismo econômico; e possível crise na Previdência Social. Está prevista redução de oferta de trabalho no futuro próximo, o que, aliado ao envelhecimento da população, só vem a sublinhar a necessidade de aumento da produtividade também nos setores tradicionais.

No que diz respeito ao panorama econômico atual, a Finlândia, como todos os outros países nórdicos, exceção feita à Noruega, entrou recentemente em recessão. No último trimestre de 2008, o país sofreu a mais rápida redução da atividade econômica em 16 anos. Esse rápido recuo na atividade econômica foi causado, principalmente, pelo que tem sido definido como "colapso" das exportações, as quais decresceram 14,2%, em relação ao mesmo período em 2007. No quarto trimestre de 2008, o PIB finlandês diminuiu 1,3% e 2,4%, comparado, respectivamente, com o terceiro trimestre de 2008 e o quarto trimestre de 2007.

Em dezembro último, o Banco Central da Finlândia previu uma retração econômica de 0,5% para 2009. No entanto, economistas de um dos maiores bancos locais fizeram, recentemente, menção a um cenário bem mais caótico, o qual indica uma retração do PIB mais alta, em cerca de 2%. Por ser muito dependente de seu comércio exterior, a economia finlandesa sofrerá bastante com o declínio do comércio global e o potencial aumento do protecionismo.

Comércio

Desde 1991, a balança comercial finlandesa apresenta superávit. Segundo dados preliminares da Aduana finlandesa, em 2008, as exportações ficaram praticamente estáveis, em relação ao ano anterior, enquanto que as importações apresentaram uma taxa de crescimento de cerca de 4%. O superávit comercial finlandês decresceu em aproximadamente 74%, apresentando o montante positivo de aproximadamente 3,5 bilhões de euros.

A corrente de comércio finlandesa com o resto do mundo cresceu, de 2003 a 2008, mais de 50%, passando de 83,2 bilhões de euros para 127,6 bilhões de euros. Nos números de 2008, no entanto, já se percebem parcialmente os efeitos da crise econômica mundial, principalmente no último trimestre do ano, o qual apresentou queda de 14,2% nas exportações. Apesar da significativa queda nas exportações naquele período, a corrente de comércio anual de 2008 ainda apresentou um incremento de quase 2%, devido, principalmente, ao incremento das importações, em 4%.

Em 2008, os países da zona do Euro compraram cerca de 29,9% das exportações finlandesas e foram origem de aproximadamente 30,9% dos produtos importados pela Finlândia. A Alemanha e a Suécia foram os maiores parceiros comerciais dentro da UE. A União Européia, como um todo, foi destino de 55,9% dos produtos exportados pelo país e origem de 54,8% das importações finlandesas. A Rússia foi o maior parceiro comercial finlandês, comprando 16,3% do total exportado pelo país, e originando 14,1% das importações. Com relação aos demais destinos e origens das exportações e importações finlandesas, 16,8% das importações finlandesas tiveram origem em países em

desenvolvimento, enquanto que tais países foram destinos de aproximadamente 15,4% das exportações. Como mencionado anteriormente, o Brasil comprou 0,9% das exportações finlandesas e exportou 1% para a Finlândia. A Rússia, a Alemanha e a Suécia foram os maiores parceiros comerciais da Finlândia em 2008.

A composição do portfólio exportado em 2008 (jan-out), de acordo com o setor produtivo, foi a seguinte: metais básicos, engenharia, elétrico e telecomunicações (59%), indústria florestal (18%), indústria química (16%); e restante (7%).

Investimentos

Os investimentos estrangeiros na Finlândia têm crescido substancialmente. Durante a década de 90, o investimento direto estrangeiro cresceu 600%. Em 2008, números da entidade "Invest in Finland", indicam que as 2.600 empresas de propriedade estrangeira empregam cerca de 260 mil pessoas. No início da década, os maiores empregadores eram as empresas suecas, seguidas pelas americanas e suíças e, entre as empresas estrangeiras, as de origem na UE empregavam 60% do total da mão-de-obra.

De acordo com pesquisa feita pela Confederação das Indústrias da Finlândia (EK), em 2008, os investimentos finlandeses no exterior apresentaram números similares aos de 2007, algo acima de 2,3 bilhões de euros. Aproximadamente dois terços desses investimentos foram feitos na UE e na América do Norte, apesar dos mercados em desenvolvimento terem aumentado a participação. O número de empregados de empresas no exterior tem crescido significativamente.

Ao final de 2008, o estoque total de investimentos diretos (IED) finlandeses no exterior (77,6 bilhões de euros) era significativamente superior ao estoque de IED na Finlândia (60,2 bilhões de euros). Os setores de florestas e indústrias de metais são responsáveis por dois terços do investimento finlandês no exterior, seguidos, em grau crescente, pela indústria de serviços e de telecomunicações.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS FATOS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

1876 - Imperador Pedro II visita o sul do Grão-Ducado da Finlândia (Grão-Ducado Autônomo do Império Russo).

1919 - Brasil reconhece a independência da Finlândia, a qual havia sido declarada pelo Parlamento finlandês em 6 de dezembro de 1917.

1929 - Brasil e Finlândia estabelecem relações diplomáticas.

1938 - Embaixada residente do Brasil é aberta em Helsinque, tendo como Chefe do Posto o Embaixador Gilberto Amado.

1960 - A Valmet inaugura fábrica de tratores em Mogi das Cruzes/SP, dando início aos grandes investimentos finlandeses no Brasil.

1981 - Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (em vigor desde 27 de outubro de 1983).

1983 - Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pär Stenbäack, ao Brasil.

1986 - Visita do Primeiro-Ministro, Taisto Kalevi Sorso, ao Brasil.

1986 - Visita do Ministro do Comércio Exterior, Jerme Laine, ao Brasil.

1988 - Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica (em vigor desde setembro de 1990).

1990 - Visita do Ministro do Comércio Exterior, Pertti Salolainen, ao Brasil.

1990 - Ministra de Assuntos Sociais e Saúde assiste à posse do Presidente Collor de Melo.

1995 - Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio visita o Brasil.

1996 - Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tarja Halonen, visita o Brasil.

1996 - Visita do Ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior, Ole Norrback.

1997 - Visita oficial do Presidente da República, Matti Ahtissari, ao Brasil.

1998 - Ministro do Comércio e Indústria, Antti Kalliomaki, visita o Brasil.

2000 - Deputado José Indio Ferreira do Nascimento visita a Finlândia.

2000 - Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, visita a Finlândia.

2001 - Visita do Deputado Jukka Vihriala ao Brasil.

2001 - Visita do Ministro dos Transportes e Comunicações, Olli-Pekka Heinonen, ao Brasil.

2002 - Visita do Ministro do Comércio Exterior, Jari Villén, ao Brasil.

2002 - Visita da Presidente do Parlamento, Riita Vosukainen, ao Brasil.

2002 - Visita do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, à Finlândia.

2003 - Visita da Presidente da República, Tarja Halonen, ao Brasil.

2003 - Presidente do Comitê de Agricultura e Silvicultura do Parlamento visita o Brasil.

2004 - Secretário-Permanente do Ministério da Indústria e Comércio visita o Brasil.

2004 - Visita do Ministro Luiz Fernando Furlan à Finlândia.

2006 – Visita ao Rio de Janeiro e Brasília da Presidente da Finlândia, Tarja Halonen.

2006 - Ministro da Agricultura e Florestas, Juha Korkeaoja, visita o Brasil.

2007 – Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, faz visita de Estado à Finlândia

2007 – Visita à Finlândia do Ministro da Ciência e da Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, como membro da comitiva do Presidente da República

2007 – Visita à Finlândia do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, como membro da comitiva do Presidente da República

2007 – Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Mudança de Clima e para o Desenvolvimento e Implementação de Projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto

2008 – Encontro do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a Presidente da Finândia, Tarja Halonen, em Acra, à margem da UNCTAD XII

2008 – Primeiro-Ministro Matti Vanhanen faz visita oficial ao Brasil

ATOS INTERNACIONAIS BILATERAIS EM VIGOR

- Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais ou de Serviço e Comuns - assinado em 26/01/1969, em vigor desde 01/04/69;

- Acordo para Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira, assinado em 01/06/1973, em vigor desde 01/06/1973;

Acordo sobre Troca de Estagiários - assinado em 30/05/1974, em vigor desde 09/12/1974;

- Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial – assinado em 05/11/1981, em vigor desde 27/10/1983;

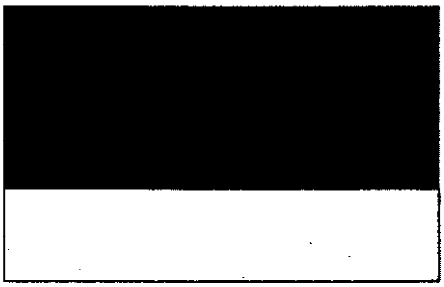
- Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica - assinado em 02/06/1988 e em vigor desde 29/09/1990; e
- Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto de Renda - assinado em 02/04/96 e em vigor desde 19/01/98.
- Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Mudança de Clima e para o Desenvolvimento e Implementação de Projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, assinado em Helsinque, em 10 de setembro de 2007.

O Acordo para Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, assinado em 28/03/95, está sob reexame do Governo Federal. Outrossim, está em processo de aprovação o Acordo, por Troca de Notas, sobre Exercício de Atividade Remunerada por Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico.

Vigoram também os seguintes convênios assinados entre instituições dos dois países:
- Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Helsinque (relativo a engenharia florestal), assinado em 03/11/1998;
- Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Universidade de Helsinque (relativo ao meio-ambiente) - assinado em 07/09/1999; e
- Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimentos - assinado em 17/09/1999.
- Carta de Entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Academia da Finlândia, em 15/09/2006.

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral Política I (SGAP I)
Departamento da Europa (DEU)
Divisão da Europa II (DE II)

ESTÔNIA
Março de 2009





DADOS BÁSICOS

CAPITAL	Talim
ÁREA	45.227 km2.
POPULAÇÃO	1.342.409 habitantes
IDIOMA	Estoniano
RELIGIÃO	luteranos (13,6%), católicos ortodoxos (12,8%), outros grupos cristãos (1,4%), sem vinculação (34,1%), outros ou não especificado (32%), sem religião (6,1%).
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Toomas Hendrik Ilves, Presidente da República
CHEFE DE GOVERNO	Andrus Ansip, Primeiro-Ministro
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Urmas Paet, Ministro dos Negócios Estrangeiros
PIB (2008) – câmbio oficial	US$ 23,4 bilhões
PIB (2008) – PPP	US$ 28,6 bilhões
PIB PER CAPITA (2008) – PPP	US$ 21,900 mil
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa Estoniana

POLÍTICA INTERNA

A Estônia tem sido bem-sucedida em sua opção nacional por um sistema político democrático multipartidário. Grande parte das personalidades políticas atuais são pessoas jovens – o Chanceler Urmas Paet, por exemplo, tem apenas 34 anos –, profundamente motivadas e que se esforçam pelo desenvolvimento do país, ainda que, por vezes, adotem um certo radicalismo, sobretudo em assuntos que envolvam a Rússia.

Em 2006, a eleição para Presidente de Toomas Hendrik Ilves, político de formação acadêmica liberal, confirmou a opção do país pela ocidentalização crescente.

Com as eleições para o parlamento unicameral ("Riigikogu"), em março de 2007, formou-se coalizão entre o Partido da Reforma, o Partido Pró Pátria e Res Publica e o Partido Social-democrata. O Partido da Reforma

(centro-direita, liberal, ao qual pertence o Primeiro-Ministro Andrus Ansip e o Chanceler Urmas Paet) recebeu 27,8% dos votos. Em segundo lugar, veio o Partido de Centro (centro-esquerda, liberalismo social), que recebeu 26,1% dos votos, enquanto que o Partido Pro Patria e Res Publica (conservador), Partido Social-Democrata (democrata social), Partido Verde e União Popular da Estônia (democracia cristã) ficaram com 17,9%, 10,6%, 7,1% e 1,7% dos votos, respectivamente.

Composição Atual do Parlamento

Partidos	Deputados
Partido da Reforma	**31**
Partido do Centro	**29**
Pro Patria e Res Pública	**19**
Partido Social-Democrata	**10**
Partido Verde	**6**
União Popular da Estônia	**6**
TOTAL	**101**

Os grupos que defendem os direitos das minorias russas, os ambientalistas e os grupos ligados à população rural e aos pensionistas foram relegados à oposição. A transição liberal na Estônia, iniciada em 1991 (no contexto da dissolução da ex-URSS), parece estar consolidada.

A plataforma política do Governo inclui: obtenção de crescimento populacional positivo; aumento da riqueza do povo; introdução de política salarial para aumentar a motivação dos assalariados e mantê-los no mercado de trabalho do país; garantia de educação competitiva para todos; e obtenção da independência energética, mediante a substituição gradual do xisto betuminoso ("shale oil") por fontes renováveis de energia.

ECONOMIA E COMÉRCIO

QUADRO GERAL

Desde 1980, o perfil da economia da Estônia vem-se alterando marcadamente, em particular com o reavivamento do setor de serviços (comércio varejista, transporte e comunicações, serviços imobiliários). Atualmente, o setor de serviços corresponde a aproximadamente 67% da economia estoniana, enquanto a parcela referente ao setor primário da economia responde por cerca de 5,5%.

O clima favorável ao capital estrangeiro permitiu à Estônia modernizar rapidamente seu parque industrial (principalmente na área de eletrônica) e reorientar os fluxos comerciais do antigo bloco soviético para os mercados escandinavos, mais prósperos e estáveis.

As exportações (principalmente para o mercado escandinavo, nas áreas de telecomunicações e eletrônica) e os investimentos vêm crescendo vigorosamente. A Estônia tem, hoje, um dos melhores ambientes para negócios na Europa Central e do Leste. Ainda assim, os agentes econômicos detectam relativa incapacidade do Governo em estabelecer políticas de longo prazo para a condução da economia.

A Estônia, que desde 1995 (com exceção do ano de 2000), registrou grande crescimento do PIB, ao nível de dois dígitos em 1997, 2005 e 2006, foi severamente afetada pela crise mundial, com redução estimada de 2,3% do PIB em 2008. Em 17 de fevereiro último, o Banco Central da Estônia anunciou que prevê uma retração econômica na Estônia, em 2009, de 5,5% a 9%. Segundo o Banco, os números dependerão em grande medida dos efeitos dos planos de recuperação econômica adotados pelos países desenvolvidos em 2009. A inflação para 2009 deverá se situar em 10,6%. O déficit fiscal deverá permanecer, em média, em torno de 2% do PIB até 2012. Para reduzir o déficit fiscal, com vistas a sua adesão à zona do euro em 2011 (o que exige um déficit igual ou inferior a 3% do PIB), o Governo estoniano decidiu fazer um corte de US$ 669 milhões no orçamento de 2009. A coroa estoniana, vinculada ao euro, mostra sinais de grande vulnerabilidade.

Há ademais outros fatores que estão a comprometer um quadro econômico mais favorável para a Estônia, dentre os quais podemos citar: a deterioração das relações com a Rússia, com a redução do fluxo de produtos russos pelo território estoniano; retração mais rápida do que se esperava no mercado imobiliário; perda de competitividade de empresas, sobretudo nas áreas de vestuário e madeira, em razão do forte aumento de salários; e forte crescimento do preço dos alimentos e combustível importados. A expansão econômica depende amplamente da demanda interna e, entre os consumidores, há certa medida de pessimismo. Ainda assim, dentre os países bálticos, é a Estônia que está em melhor situação.

COMÉRCIO EXTERIOR

Durante o período soviético, o comércio estoniano era voltado para URSS (95% das exportações em 1991). Desde a independência, a Estônia promoveu massiva reorientação dos fluxos para o Ocidente, e a Finlândia rapidamente tomou o lugar que antes cabia à Rússia como maior parceiro

comercial. Recentemente, o reaquecimento econômico russo tem ampliado o intercâmbio econômico bilateral. São especialmente relevantes as importações russas de matérias-primas (petróleo, metais e madeira).

A estrutura do comércio exterior estoniano reflete sua indústria manufatureira. No período pós-independência, elevados fluxos de maquinário e equipamentos substituíram as máquinas obsoletas da época soviética, e proveram a base para o estabelecimento de investidores externos. Hoje em dia, os influxos são principalmente de produtos de base para a indústria eletrônica, cuja produção é posteriormente exportada.

O mercado de produtos alimentícios dependia quase exclusivamente da Rússia. Depois da crise de 1998, esse nicho veio a ser ocupado pela Holanda e Lituânia. O principal setor exportador é o de maquinário, aí se incluindo equipamentos eletrônicos, telefones celulares e equipamentos de comunicações. Em seguida, vêm o setor de madeiras e o de têxteis.

A grande abertura aos mercados externos e uma moeda sobrevalorizada levam a Estônia a persistentes déficits na balança comercial. Em 2008, no entanto, observou-se uma redução de 29% no déficit comercial em relação ao ano anterior, totalizando 591,6 milhões de euros. Os principais destinos das exportações foram Finlândia, Suécia e Rússia.

O Governo estoniano considera que uma maior liberalização da economia mundial é importante para a promoção das exportações européias, para o crescimento econômico e para a criação de regras de comércio estáveis. A Estônia atribui importância também a um aprofundamento do papel da Organização Mundial de Comércio. Favorece a conclusão de novos acordos bilaterais de comércio com parceiros importantes. Preconiza também o desenvolvimento de relações econômicas mais intensas entre a União Européia, de um lado, e o Canadá e economias em rápido crescimento na Ásia, de outro. Defende a acessão à OMC da Rússia e outros países vizinhos da União Européia.

POLÍTICA EXTERNA

A Estônia, como país pequeno, tem consciência de que é limitado o seu poder de influenciar as decisões no plano internacional e procura associar-se a países e organismos maiores para promover o seu interesse nacional.

Os objetivos básicos da política externa estoniana – na definição do Chanceler Urmas Paet – resumem-se ao aumento do bem-estar do povo estoniano e à promoção da segurança do país. As adesões da Estônia à União Européia (1/5/2004) e à OTAN (29/3/2004) inserem-se no esforço para a consecução desse objetivo.

Como membro da **União Européia**, a Estônia procura favorecer a segurança e a melhoria do nível regional e defende a proteção dos direitos humanos, a adoção da democracia, a não-proliferação de armamentos de destruição em massa e o combate ao terrorismo. Espera que o Tratado de Lisboa possa entrar em vigor ainda em 2009.

A Estônia considera que a **União Européia** e a **OTAN** são organizações complementares e defende um relacionamento estreito entre a União Européia e os Estados Unidos, por ambos compartilharem princípios fundamentais comuns. O objetivo estoniano consiste no estabelecimento de uma cooperação ativa entre Bruxelas e Washington, de forma a criar condições mais favoráveis para a estabilidade da região vizinha à União Européia. As relações transatlânticas são prioritárias para a política externa estoniana, e o Governo de Talim enfatiza sua aproximação com os Estados Unidos.

No plano bilateral, as relações com a **Rússia**, estremecidas desde a recuperação da independência estoniana, em 1991, continuam a deteriorar-se. Entre os fatores de animosidade, poder-se-iam citar, de um lado, o tratamento dispensado à minoria russa na Estônia, considerado por Moscou como discriminatório (para conceder a cidadania, a legislação da Estônia exige domínio da língua estoniana, com o que não concordam os russos). De outro, a decisão do Governo de Talim de remover o monumento do Soldado Soviético, do centro da capital para outro local nas cercanias da capital estoniana, foi interpretada como manifestação renovada de apoio ao nazismo. Como resultado dessa última decisão estoniana, desencadeou-se – por inspiração do Kremlin, segundo os estonianos – maciço e continuado ataque cibernético aos sítios eletrônicos do Governo estoniano em 2007.

A Estônia mantém relações estratégicas com os **Estados Unidos**, o que explica o constante intercâmbio de visitas de alto nível (em 2006, o então Presidente Bush, que nunca esteve na Finlândia e nem recebeu os líderes desse país, visitou Talim; em 2007, o Presidente Toomas Hendrik Ilves fez visita a Washington). A Estônia tem Washington como aliado incondicional, o que contribui para o acirramento das tensões com a Rússia.

Outra prioridade da política externa estoniana é o relacionamento com os **países Bálticos e Nórdicos**, com os quais desenvolve cooperação regional, sobretudo no contexto do Conselho dos Estados do Mar Báltico (o qual incorpora os países Bálticos e Nórdicos, inclusive a Islândia, ademais de Polônia, Alemanha e Rússia). Os países Nórdicos, sobretudo a Finlândia e a Suécia, têm grandes investimentos na Estônia.

A Estônia apóia o desenvolvimento dos **Bálcãs Ocidentais** e, neste contexto, reconheceu o **Kosovo** como país independente. O Governo estoniano deseja compartilhar com outros países a experiência adquirida no

processo de acessão à União Européia e colaborar para a introdução de reformas. Para facilitar tal objetivo, a Estônia planeja abrir representação diplomática em um dos países dos Bálcãs Ocidentais. Contribui também para a estabilidade dos países da região por meio de participação em missões da OTAN e da União Européia.

Membro das **Nações Unidas** desde 17 de setembro de 1991, passou a integrar, em 2004, o Grupo Europeu Oriental. A Estônia, que desde 1995 tem participado em operações de paz das Nações Unidas, já forneceu a contribuição de mais de 1.300 militares, em operações na Bosnia-Herzegovina e no Líbano, entre outras.

No tocante à reforma do **Conselho de Segurança**, a Estônia pleiteia representação mais democrática para os países membros das Nações Unidas e considera a representação geográfica eqüitativa como princípio fundamental para a ampliação da categoria de membros não-permanentes do Conselho de Segurança. Neste sentido, defende a criação de, pelo menos, mais um assento para o Grupo Europeu Oriental num Conselho de Segurança ampliado. A Estônia apóia também a ampliação do Conselho Segurança com a criação de assentos permanentes, da mesma forma que defende a reforma do processo de tomada de decisão do referido Conselho. **Defende a aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente em um Conselho de Segurança reformado.**

RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil reconheceu a independência da Estônia em dezembro de 1921, tendo votado a favor da participação daquele país na Liga das Nações. Após a emancipação da URSS, o Brasil novamente reconheceu, em 16 de dezembro de 1991, o restabelecimento daquele país como Estado independente, e estabeleceu relações diplomáticas em 1993, criando Embaixada, em caráter cumulativo, com a Missão Diplomática do Brasil em Helsinque. A Estônia não tem Embaixada no Brasil, porém mantém Consulados Honorários em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2004, foi estabelecido o Consulado Honorário do Brasil em Talim.

As relações entre o Brasil e a Estônia são amistosas e cordiais, com potencial de aprofundamento sobretudo nas áreas comercial e turística. Os pontos e acontecimentos mais importantes da agenda bilateral podem ser assim resumidos:

- A Estônia, entusiasta das reformas na ONU, apoia o G-4 no que se refere à reforma daquele organismo e, especialmente, no tocante à ampliação do

Conselho de Segurança; defende a aspiração do Brasil a membro permanente de um Conselho de Segurança reformado e ampliado;

- Dentre as possibilidades de cooperação bilateral, identificaram-se, entre outras, as seguintes áreas, durante conversações mantidas em Talim, em junho de 2006, pelo então Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos I, Embaixador Antônio Aguiar Patriota: intercâmbio entre as academias diplomáticas de ambos os países; intercâmbio turístico; cooperação na área de energia (a Estônia é um dos poucos países no mundo, além do Brasil, a explorar xisto betuminoso, praticamente seu único recurso natural; a Estônia é dependente da Rússia para suprimento de gás natural e a incerteza que cerca esse suprimento estimula o interesse em explorar as possibilidades de desenvolvimento de fontes renováveis de energia);
- Há ademais perspectiva – ainda não confirmada – de a Estônia abrir Embaixada em Brasília, com jurisdição para toda a América do Sul.
- Em termos de visitas bilaterais, merecem destaque a visita ao Brasil do então Chanceler Toomas Hendrik Ilves (11/2000), que se encontrava num périplo por países latino-americanos (visitou também a Argentina, Uruguai, Chile e Costa Rica) e assinou dois acordos sobre cooperação nas áreas cultural e educacional (em vigor desde 31 de março de 2006), bem como em matéria de turismo (vigente a partir de 24 de abril de 2006); além da visita do Chanceler Urmas Paet, em abril de 2008, encontrando-se com o ME em Brasília e participando da inauguração do Consulado Honorário da Estônia no Rio de Janeiro.

COMÉRCIO BILATERAL

Comércio bilateral Brasil-Estônia

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exp.	11,465	33,094	50,581	50,894	39,138	35,639
Imp.	7,924	14,530	20,723	17,495	12,541	23,701
Total	19,390	47,624	71,305	68,389	51,679	59,340
Saldo	3,540	18,564	29,857	33,398	26,597	11,937

MDIC; US$ MILHÕES

Em 1995, o intercâmbio comercial atingiu US$ 17,6 milhões. Após esse período inicial, manteve-se em um patamar reduzido até 2003, quando atingiu US$ 19,4 milhões. Em 2005, o intercâmbio comercial atingiu seu volume mais elevado – US$ 71 milhões. Em 2008, somou US$ 59,3 milhões, recuperando parte da queda verificada em 2007.

As exportações brasileiras se concentram em produtos manufaturados, com participação menor de produtos básicos e semimanufaturados. Destacaram-se, em 2008, as vendas de obras de tântalo, cartuchos para espingarda, laminados de aço inoxidável, café e carne bovina de segunda.

Do lado das importações, os produtos adquiridos recaem nas categorias de manufaturados e semimanufaturados, com destaque, no último ano, para partes de aparelhos de telefonia e telegrafia, aparelhos transmissores e receptores, uréia, ácido benzóico e ésteres desse mesmo produto químico.

Há, no intercâmbio bilateral, desequilíbrio basicamente estrutural, com sucessivos superávites para o Brasil, exceção feita aos anos de 1996, 1998, 2000 e 2001.

O aumento do volume das trocas bilaterais exigiria, de um lado, maior esforço para ampliar a pauta de exportação (há, em tese, demanda potencial por veículos de todo gênero, aparelhos de transmissão, medicamentos, etc.) e, de outro, estabelecimento de cooperação eventualmente na área de fontes renováveis de energia. Segundo consta, a Estônia está, em termos *per capita*, entre os países mais poluentes do mundo, o que poderia favorecer eventualmente alguma cooperação na área de meio ambiente, com venda até mesmo de créditos de carbono.

ACORDOS BILATERAIS

Registram-se apenas dois Acordos bilaterais em vigor entre Brasil e Estônia, ambos assinados por ocasião da visita do então Chanceler e hoje Presidente da Estônia Toomas Hendrik Ilves, em novembro de 2000: Acordo de Cooperação na Área de Turismo e Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. Estão em negociação acordos na área da informática e para isenção de vistos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918 – Proclamada a Independência.
1920 – Tratado de Paz assinado com a Rússia.

1934 – Primeiro Ministro Konstantin Pats conduz "golpe sem sangue" e estabelece regras autoritárias.
1939 – A União Soviética força a Estônia a aceitar bases militares.
1940 Junho – Entradas das tropas soviéticas.
1940 Agosto – Estônia é incorporada à União Soviética.
1941 – Invasão das tropas alemãs.
1944 - Estônia é reanexada pela União Soviética. Dezenas de milhares de Estonianos são deportados para a Sibéria e para a Ásia Central.
1988 – Campanhas pela a democracia.
1991 – Colapso Comunista. O Governo Soviético reconhece a independência das repúblicas do Báltico.
1994 – Tropas russas deixam o país. A Estônia junta-se à Parceria para a Paz, permitindo limitada cooperação militar com a OTAN.
1997 – A Estônia é convidada a começar a negociar sua participação na União Européia.
2002 Novembro – A OTAN inclui a Estônia na lista de países formalmente convidados para juntar-se à aliança.
2002 Dezembro – A UE convida formalmente a Estônia a juntar-se ao bloco.
2005 Abril – Com a Reforma dos Partidos, Andrus Ansip torna-se Primeiro Ministro
2005 Maio – Estônia e Rússia assinam tratado de limites territoriais.
2005 Junho – O parlamento ratifica tratado de fronteira com a Rússia, mas desafia Moscou ao inserir uma emenda fazendo referência à ocupação soviética. A Rússia reage desistindo do tratado.
2006 Maio- O Parlamento ratifica a Constituição da UE.
2006 Setembro - Toomas Hendrik Ilves, ex-Ministro das Relações Exteriores, é eleito presidente.
2007 Abril – Autoridades removem um controverso memorial de guerra do exército vermelho em Tallin. Uma pessoa é morta e outras 40 são feridas quando os protestantes, a maioria de etnia russa, tentam impedir a remoção.

Aviso nº 206 - C. Civil.

Em 9 de abril de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 15/04/2009.